



O INTRINCADO LABIRINTO: BREVE ENSAIO SOBRE A MEDIAÇÃO DE FELIPE II DE ESPANHA NA QUESTÃO MATRIMONIAL PORTUGUESA (1561-67)

Fernanda Paixão Pissurno¹

No livro segundo de sua obra *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida, e perda do senhor rey Dom Sebastião*, o padre José Pereira Baião dedica um capítulo inteiro às negociações do casamento do penúltimo monarca da Casa de Avis, descrito por ele como “hum intrincado laberinto”, que teria inclusive sido a questão que “mais trabalho que deo a encadear, e infiar na Chronica, e agora a resumir”². Pesquisadores atuais do período sebastianista, em sua maioria, não podem deixar de concordar com este autor. Conversas mais sérias visando as núpcias do jovem rei talvez tenham começado antes do sexto aniversário deste, antecedendo em muito a maturidade física propriamente dita; apesar disso, contudo, nenhuma delas viria à fruição antes da morte do monarca em agosto de 1578, quando D. Sebastião desapareceu na batalha de Alcácer-Quibir.

Embora pretendamos oferecer conclusões mais maduras sobre as dinâmicas matrimoniais de D. Sebastião em nossa dissertação, o exame de uma parcela da documentação que usaremos já foi o suficiente para atestar a grande importância de Felipe II, rei de Espanha, no processo de negociações do casamento do sobrinho com Margarida de França e Isabel de Áustria. Primogênito de Carlos V, Sacro Imperador Romano, com Isabel de Portugal, Felipe II era tio materno de D. Sebastião por meio da princesa viúva Joana, e ele próprio enviudara pela primeira vez com o falecimento de Maria de Portugal, tia paterna do rei³.

Portanto, laços inegavelmente íntimos do ponto de vista familiar os uniam. Desta forma, a proximidade dinástica era inevitável; de fato, o único filho de Felipe II com sua primeira esposa, o príncipe Carlos, foi o herdeiro consanguíneo mais próximo de D. Sebastião desde o nascimento do monarca português até julho de 1568, quando o príncipe de Astúrias faleceu em misteriosas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (UFRJ). Bolsista do CNPq. E-mail: fernandapissurno@yahoo.com.br.

² BAIÃO, José Pereira. *Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do senhor rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memória: história chronologica de suas acçoens, e successos desta monarchia em seu tempo; suas jornadas a Africa, batalha, perda, circunstancias, e consequencias notáveis della*. Dividida em cinco livros. Lisboa: Na officina de Antonio de Sousa da Sylva, 1737. pp. 142-143.

³ Para uma genealogia simplificada de Felipe II, ver Anexo 1.

circunstâncias⁴. E, no século XVI, proximidade dinástica costumava equivaler, para o mal ou para o bem dos envolvidos, à proximidade política. Partindo deste ponto de vista, pretendemos investigar brevemente neste trabalho as interferências de Felipe II de Espanha nas negociações nupciais iniciais de D. Sebastião.

De acordo com o autor francês Edmond Falgairolle, responsável por uma biografia do diplomata Jean Nicot, teria sido o monarca Henrique II que, em abril de 1559, começara a pensar em um compromisso nupcial entre sua filha Margarida, com quase seis anos, e o jovem rei D. Sebastião de Portugal, que acabara de completar cinco⁵. Contudo, em uma biografia sobre o penúltimo soberano da Casa de Avis, lançada décadas depois, o historiador português José Maria de Queiroz Velloso afirma que a iniciativa foi do cardeal infante D. Henrique nos últimos meses de 1559, que mandara sondar o cardeal de Lorena – um dos governantes de França durante a regência do primogênito do já falecido Henrique II, Francisco I – sobre a possibilidade de um casamento entre Sebastião e Margarida⁶.

De qualquer forma, seja quando tiver sido o início real das negociações, após o falecimento súbito de Henrique II⁷, a mãe da princesa, Catarina de Médicis, não parecia estar imediatamente disposta a entrar em tais negociações. Em uma carta do cardeal de Lorena ao embaixador francês em Espanha, é explicado como ele pôde adiar estas conversas ao explicar que a rainha viúva não aceitaria negociar sobre esse assunto até o fim do seu período de luto:

Monsieur de Lymoges, depuis ma lettre escripte, l'ambassadeur de Portugal m'est venu trouver, et entre aultres propôs m'en a tenu ung dont cy-devant par plusieurs fois il m'a parlé de la part du cardinal de Portugal, qui est du mariaige de Madame, seur du roy, avec le petit roy de Portugal, dont ayant par cy-devant esté fort pressé de luy, je luy feis responce, par l' advis de la royne mère du roy, qu'estant ladite dame en viduité, ele avoit tant en l'esprit la perte qu'elle avoyt faicte, qu'il n'y avoit moyen, avant l'an expire de son deuil, de luy em parler, affin de pouvoir cependant gagner aultant de temps, et veoir ce que nous pourrions espérer du mariaige du prince. Et d'aultant qu'il désire em avoir une résolution, nous avons advisé de vous en mander ce mot pour vous dire que, puisque, comme vous pourrez veoir, la royne mère ne peult si tost si tost veoir le roy d'Espagne comme elle désiroyt, qu'elle avoit bien résollu de savoir et entendre une résolution dudit mariage (...) Il sera bon que vous parliez à la royne d'Espagne, affin que de son costé elle advise doucement ce que'elle en pourra descouvrir de leur intention; mais d'aultant qu'elle

⁴ PARKER, Geoffrey. **Imprudent King** – A New Life of Philip II. United States of America: Yale University Press, 2014, pp. 175-191; ELLIOT, J.H. **La España imperial**. 1469-1716. Madrid: RBA Coleccionables, 2006. (1963). pp. 272-273.

⁵ FALGAIROLLE, Edmond. **Jean Nicot** – Ambassadeur de France en Portugal au XVI^e siècle. Paris: Augustin Challamel Editeur, 1897. p. XXVIII.

⁶ VELLOSO, José Maria de Queiroz. **D. Sebastião** – 1554-1578. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1945. p. 154.

⁷ No dia 30 de junho de 1559, em meio às comemorações do casamento por procuração da princesa Isabel de França com Felipe II de Espanha, Henrique II se machucaria gravemente num acidente de justa. Estilhaços da lança do seu adversário, o conde de Lorge, penetraram no olho direito e na garganta do rei por sua viseira, que não fora bem fixada. Depois de doze dias com o corpo paralisado e febril da infecção, Henrique II faleceu. Para saber mais, ver: MICHAEL DE KENT, Princesa. “Diane de Poitiers”. In: **As grandes amantes da história**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. pp. 113-116.

aime le roy son frère et madame as soeur, s'il luy plaist qu'elle le tienne secret et n'en parle à personne.⁸

Parece que esta foi uma resposta procrastinatória, já que Catarina de Médicis em nada deixaria que o fato de estar enviuvada impedisse conversas com sua filha Isabel, rainha de Espanha, para que esta a ajudasse na promoção do futuro matrimônio entre Margarida e Carlos, príncipe de Astúrias, filho e herdeiro de Felipe II:

y fault que vous disiés à la diste prinsese que fault qu'elle vous ayde à luy fayre espouser vostre seur, et que vous mestré pouine de lui faire aypouser le roy votre frère⁹

Com ou sem a concordância de sua sogra, porém, o rei espanhol já tinha seus próprios planos para o jovem sobrinho. Para o Rei Católico, a defesa da verdadeira religião estava naturalmente interligada aos seus interesses políticos e, por extensão, dinásticos; seguindo esta linha de pensamento, vemos como natural seu interesse em promover um casamento entre seus sobrinhos, a arquiduquesa Isabel de Áustria e o rei D. Sebastião – afinal, seu cunhado e primo, o príncipe Maximiliano, vinha promovendo uma notória tolerância herética¹⁰, numa tendência que poderia ser contida se o Sacro Império Romano se aliasse por casamento com um reino tão notoriamente fiel quanto Portugal, cujo rei também era aparentado da Casa Habsburgo.

Seguindo esse raciocínio, compreendemos o motivo do rei espanhol defender ativamente esse matrimônio desde pelo menos os meses iniciais de 1560. Sabemos disso porque foi aproximadamente ali que a princesa Joana, mãe de D. Sebastião, mostrou um retrato da arquiduquesa austríaca para a rainha Isabel, declarando que aquela seria sua nora¹¹. Ora, se tamanha convicção já era possível àquela altura era devido ao fato do rei espanhol já estar coagindo com

⁸ PARIS, Louis (org.) “Le cardinal de Lorraine à l’Èvêque de Limoges, 28 juillet 1560”. In: **Collection de documents inédits sur l’histoire de France, publiés par ordre du Roi et par les soins du ministre de l’instruction publique**. Première série: Histoire Politique. Négociations, lettres et pièces diverses relatives au règne de François II. Paris: Imprimerie Royale, 1841. pp. 436-437. Em português: “Senhor de Limoges, desde a minha última carta escrita, o embaixador de Portugal veio me encontrar, e, entre outras proposições apresentadas a mim, por várias vezes me falou, por parte do cardeal de Portugal, do casamento de Madame, irmã do rei, como o pequeno rei de Portugal, a qual foi fortemente sugerida por ele. Eu o respondi, por conselho da rainha, mãe do rei, que a dita dama estava enviuvada, e ela tinha tanto isto em seu espírito que nada faria até o fim do luto, a fim de poder ganhar algum tempo para ver o que nós poderíamos esperar do casamento do príncipe. E, mesmo que eu deseje ter uma resolução, fomos aconselhados a lhe mandar esta nota para lhe dizer que, dado que a rainha-mãe não pode ver o rei de Espanha, como ela deseja, ela está bem resolvida em saber e ouvir uma resolução acerca do dito casamento (...) Seria bom se você falasse com a rainha de Espanha a fim de que de sua posição ela possa descobrir docemente o que puder da intenção deles; mas, se ela ama o rei, seu irmão, e madame, sua irmã, ela o possa fazer secretamente, sem contar nada à ninguém.” Tradução nossa.

⁹ FERRIÈRE, Le comte Hector de la (org.). “A ma fille la royne catholique - 1561 fin janvier”. In: **Collection de documents inédits sur l’histoire de France, publiés par ordre du Roi et par les soins du ministre de l’instruction publique**. Première série: Histoire Politique. Lettres de Catherine de Médicis. Tome Premier 1533-1563. Paris: Imprimerie Nationale, 1880. pp. 576-577. Em português: “É preciso que você diga à dita princesa que é preciso que ela ajude a fazê-lo esposar sua irmã, e que você tentará fazer que ela espouse o rei, seu irmão.” Tradução nossa.

¹⁰ MAMEDE, Conde de São. **Don Sébastien et Philippe II**. Exposé des negociations entamées em vue du mariage du Roi de Portugal avec Marguerite de Valois. Paris: A. Durand et Pedone Lauriel Editeurs, 1884. p. 15.

¹¹ PARIS, Louis (org.). “L’Èvêque de Limoges a la Reine Mère, 17 mars 1560”. 1841, op. cit, pp. 837-838.

sucesso neste sentido o hesitante príncipe Maximiliano, que era, afinal, o responsável teórico para que as núpcias desejadas se efetivassem.

Conter uma possível concretização nupcial resultante dos eventuais sinais amigáveis trocados pelos reinos de França e Portugal a respeito da futura união de Margarida e Sebastião tornou-se ainda mais urgente, pela perspectiva política-religiosa de Felipe II, na sequência do Colóquio de Pussy. Um encontro fracassado de tentativa de conciliação entre católicos e protestantes franceses, o colóquio acabaria por levar à promulgação do primeiro édito de tolerância¹² sob a regência solo de Catarina de Médicis, que foi seguido pela entrada de várias lideranças protestantes no próprio palácio real do Louvre¹³.

Os confrontos que rapidamente se seguiram - começando pelo Massacre de Vassy, em 1º de março de 1562 – foram, como esperado, de pleno conhecimento das cortes dos reinos europeus. Em tal contexto, as relações franco-portuguesas se deterioraram, e o casamento de D. Sebastião e Margarida começou a parecer cada vez menos interessante. E foi quando Felipe II, como “chefe de família”, começou a defender abertamente as núpcias austríacas para Portugal.

Ao menos em abril de 1561 estas intenções já eram públicas na corte espanhola, conforme pôde testemunhar ali o embaixador de França. Em uma carta à regente Catarina de Médicis, ele escreveu explicitamente que Felipe II tinha duplas intenções, não necessariamente propagandeando o que teria em mente; segundo ele, o rei espanhol, juntamente com sua irmã, a princesa Joana, tinha grande controle sobre a corte portuguesa, inclusive em relação ao infante cardeal D. Henrique, tio-avô de D. Sebastião:

s'il vous plaist, ils ne vout conduisent pas tant de paroles que, d'ailleurs se présentant bonne occasion, vous ne l'entreteniez vivement et ne leur fassiez bien sentir que vous congnoissez leur art (...) Le roi catholique branle çà et là faisant son prouffict, et monstre de sa marchandise pour déguiser ses intentions doublés, et enfin accommoder ses affaires du meilleur.¹⁴

A regente, D. Catarina de Áustria, era tia do rei espanhol, e anteriormente fora bastante leal ao falecido imperador Carlos V. Considerando tal conjuntura, e a segurança da mãe de D. Sebastião que em breve teria uma arquiduquesa austríaca como nora, parece evidente que Felipe II estava muito bem posicionado para ser um personagem influente nas negociações para o matrimônio do sobrinho e, por consequência, para favorecer a candidata de sua preferência. De acordo, em uma

¹² Chamado Édito de Saint-Germain.

¹³ VALOIS, Marguerite de; BONNEFON, Paul (org.). **Mémoires de Marguerite de Valois**. Paris: Éditions Bossard, 1920. pp. 42-43.

¹⁴ PARIS, Louis (org.). “L'Èvêque de Limoges a la Reine, 23 avril 1561”. 1841, op. cit, p. 856. Em português: “se lhes agrada, eles não conduzem conversas que, ao menos que se apresentem em boas perspectivas, não os entretém vivamente. Também não os faz bem sentir que você conhece a arte deles. (...) O rei católico esbraveja isso e aquilo, fazendo seus lucros, e mostra sua propaganda para disfarçar suas duplas intenções, e, assim, acomodar melhor seus assuntos.” Tradução nossa.

carta do monarca ao embaixador espanhol no Sacro Império Romano, Felipe II observa como sua tia, juntamente com parte do conselho real, já favorecia a ideia de um casamento entre D. Sebastião e Isabel de Áustria¹⁵.

Tomando para si a responsabilidade do matrimônio de seu sobrinho, portanto, o Rei Católico parece ter alternado desinformação diplomática e influência política para promover a arquiduquesa Isabel na corte portuguesa e facilitar seu caminho para torná-la a futura rainha de D. Sebastião. Pensamos que com tais ações o monarca explorava os potenciais políticos do mito de “chefe de família” Habsburgo e, assim, expandia a influência de Espanha ao procurar controlar a relação entre a realidade e ficção nas relações diplomáticas.

Um exemplo do que nos referimos está na maneira como o rei lidou com as negociações para casar seu filho Carlos, príncipe de Astúrias, com a princesa Margarida. Ao mesmo tempo em que Felipe II começava a pressionar as figuras mais influentes da corte para favorecer o casamento do jovem rei com Isabel de Áustria, Catarina de Médicis manobrava para que Margarida fosse considerada para um consórcio com o herdeiro do trono espanhol, ao mesmo tempo em que sustentava negociações paralelas com os portugueses.

Entretanto, mesmo que a regente de França tivesse requerido o auxílio de sua filha - a rainha espanhola Isabel - na problemática, a diplomacia francesa apenas obteria por muito tempo do soberano Habsburgo uma vagarosa protelação. Além da falta de interesse diplomático em reforçar a aliança com os Valois e um maior desejo de conseguir para Carlos as cobiçadas núpcias com a rainha Maria da Escócia, os conflitos religiosos que ascendiam na França em muito desagradava a política da Casa d'Áustria. Ao apoiar o triunvirato católico que combatia a moderação religiosa propagada por Catarina de Médicis, Felipe II mostrava-se politicamente hostil à sogra, e um embaixador espanhol até chegou a ameaçar a regente de banimento por suas atitudes lenientes¹⁶.

Ao contrário da maneira com a qual Felipe II contemporizava intencionalmente a respeito de outro casamento francês em sua dinastia – já que Catarina de Médicis também flertava com a ideia de um casamento duplo entre Margarida e Rodolfo, herdeiro do Sacro Império Romano, e a irmã deste, Isabel, com seu filho Carlos IX -, a noção de uma união entre a mais jovem das filhas da regente e D. Sebastião foi rejeitada quase que de imediato por ele no período inicial das negociações nupciais do rei.

Neste sentido, podemos entender o favorecimento de Isabel de Áustria por três motivos: em primeiro lugar, o soberano visava o bloqueio das possivelmente danosas negociações franco-

¹⁵ PIDAL, Marqués de; SALVÁ, Miguel. “Capítulos de minuta de carta de S.M. al conde de Luna, fecha em Madrid á 28 de janero de 1562”. In: **Documentos inéditos para la historia de España**. t. XXVI. Madrid: Imprenta de la Viuda de Calero, 1855. p. 429.

¹⁶ FRIEDA, Leonie. **Catherine de Medici** – Renaissance Queen of France. United States of America: Harper Perennial, 2005. p. 155.

portuguesas; em segundo lugar, Felipe II buscava uma maior coesão política-militar da Casa Habsburgo em um cenário de uma frágil paz com os Valois; e, em terceiro lugar, como já dito, era interessante para o rei espanhol sustentar o mito político que ele era o “chefe de família” de sua Casa, independentemente da localização de seus membros – ou mesmo de sua filiação. Afinal, estritamente falando, D. Sebastião não era um Habsburgo, mas sim um Avis, descendendo da linha masculina primogênita de D. Manuel I. Além disso, ele era o rei de Portugal, mesmo que ainda sob regência devido à sua idade; em tese, Felipe II não deveria imiscuir-se tão intimamente em suas questões matrimoniais.

Mas, como já pudemos entrever neste ensaio, o rei de Espanha não teve tal atitude em absoluto; em realidade, em raras ocasiões suas intervenções na questão podem realmente ser consideradas politicamente discretas, principalmente quando sua diplomacia se relacionava com os parentes Habsburgo do Sacro Império Romano. Sua relação com o cunhado – e primo – Maximiliano é especialmente notável neste sentido; embora o monarca espanhol já negociasse diretamente com sua tia, D. Catarina, a respeito de um casamento austríaco para D. Sebastião, o pai do proponente noiva hesitava.

Embora concordasse com a proposta de Felipe II para que sua primogênita Ana se casasse com o príncipe Carlos, o imperador resistiu acentuadamente para acertar definitivamente um compromisso nupcial de sua segunda filha, Isabel, com o rei de Portugal. Além da falta de interesse político e ausência de uma maior simpatia por D. Sebastião¹⁷, ele julgava que a menina ainda era jovem demais para fazer a viagem para ser criada pela princesa Joana em Espanha, como desejava o Conselho Real português¹⁸.

Para contornar essa dificuldade, Felipe II recorreria ao seu relacionamento bastante próximo com a irmã Maria¹⁹, esposa de Maximiliano, que por sua vez pediria ao papa Pio IV para proteger o casamento de sua secundogênita; nos primeiros meses de 1562, este escreveria à regente de Portugal e aconselharia que a união entre os primos fosse realizada²⁰. Trata-se de uma amostra fascinante da capacidade do soberano espanhol em mobilizar sua rede política a fim de consolidar a abstração que, em verdade, era a ideia que Felipe II era o “chefe de família” da Casa Habsburgo, podendo interferir diretamente nas negociações de núpcias de outro monarca ibérico. Tal noção era, em tal sentido, uma mentira usada com fins políticos, que gerava fatalmente um discurso que, embora amplamente propagado, era falso em sua essência.

¹⁷ MAMEDE, Conde de São, 1884, op. cit, p. 23.

¹⁸ PIDAL, Marqués de; SALVÁ, Miguel. “Capítulos de minuta de carta de S.M. al conde de Luna, fecha em Madrid á 28 de janero de 1562”, 1855, op. cit, p. 429.

¹⁹ PARKER, Geoffrey, 2014, op. cit, pp. 157-158.

²⁰ VELLOSO, José Maria de Queiroz, 1945, op. cit, pp. 155-156.

No fim daquele ano, D. Catarina abdicaria da regência, que passaria para o tio-avô do rei, o cardeal infante D. Henrique. Embora este também fosse favorável ao matrimônio de D. Sebastião com Isabel de Áustria²¹, as Cortes que terminariam naquele ano se posicionaram diferentemente, defendendo as núpcias francesas. Poucas semanas depois, de acordo, as negociações austro-portuguesas terminariam de forma abrupta²². Um olhar desatento atribuiria isso como reação à determinação das Cortes, mas lembremos que um casamento entre Isabel e D. Sebastião era muito mais do desejo de Felipe II do que de Maximiliano II; o pai da noiva, aliás, em nada desencorajara os franceses em negociações nupciais que já ocorriam pelo menos desde 1561 e procuravam unir sua primogênita Ana ao rei Carlos IX²³ - e isso a despeito das antigas conversas para casar esta arquiduquesa com o príncipe de Astúrias²⁴.

De qualquer maneira, o soberano espanhol não deixaria que as decisões das Cortes portuguesas de 1562-63 perturbassem suas decisões nupciais para os sobrinhos, já que poucos meses depois o embaixador francês em Espanha informaria à Catarina de Médicis que o casamento entre a secundogênita do Sacro Imperador Romano e o rei de Portugal era dado como praticamente certo²⁵. Parece ter se tratado de uma demonstração clara de força política, num contexto em que o imperador negociava tão seriamente com a França a mão da arquiduquesa Ana que a diplomacia espanhola insistiria sutilmente até conseguir que as negociações fossem rompidas.

De forma bastante astuciosa, uma das condições exigidas por Felipe II para que o matrimônio franco-austriaco ocorresse era a devolução de valiosos territórios imperiais perdidos para a França mais de uma década antes, e permanentemente cedidos para este reino pelo tratado de paz de Cateau-Cambrésis - durante as mesmas negociações, aliás, que determinaram o terceiro casamento de Felipe II com Isabel de França. A partir do que já vimos em relação à conduta política do soberano espanhol, consideramos bastante improvável que esta tenha sido apenas uma exigência gananciosa por parte do rei; em verdade, julgamos que tal pedido visava exatamente à quebra das negociações nupciais entre França e o Sacro Império Romano.

Com o fim de qualquer possibilidade que sua filha Margarida se casasse com Rodolfo, o herdeiro do agora imperador Maximiliano II, Catarina de Médicis procurou fazer ressurgir negociações mais vigorosas do matrimônio da princesa Margarida com D. Sebastião, num contexto em que chegavam a Lisboa notícias sobre ataques de corsários franceses às colônias portuguesas.

²¹ SANTARÉM, Visconde de (org). **Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portuguesa até aos nossos dias**. t. III. Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1843. p. 383.

²² MAMEDE, Conde de São, 1884, op. cit, p. 25.

²³ FERRIÈRE, Le comte Hector de la (org.). “A monsieur de Rennes - 6 juin 1561”. 1880, op.cit, pp. 203-204.

²⁴ PIDAL, Marqués de; SALVÁ, Miguel (org). “Capitulos de carta original del conde de Luna à S.M., fecha en Viena á 15 de octubre de 1561.” 1855, op.cit, pp. 415-418.

²⁵ SANTARÉM, Visconde de (org.), 1843, op. cit, p. 385.

Quando o embaixador português foi à Paris pedir as devidas reparações, a regente declarou-se disposta a fornecê-las, além de inserir no contrato nupcial de Margarida e D. Sebastião medidas repressivas contra futuros ataques²⁶; desta forma, ela estabelecia uma condição nupcial para cessar os assédios dos corsários²⁷.

Enquanto o próprio D. Sebastião mostrou-se disposto a aceitar a proposta, seu Conselho Real se dividiu a respeito, com o arcebispo de Évora expressando o mais forte protesto em contrário. Ao saber desses eventos, o rei espanhol mandou a Portugal um embaixador para convencer o jovem sobrinho da inconveniência do casamento francês. Embora aparentemente D. Sebastião tenha se recusado a escutar os conselhos do tio, a influência de Felipe II sobre seus conselheiros mais próximos acabaria por mudar esse cenário²⁸; além disso, o Pio V mandara pouco antes um breve papal ao rei recomendando uma união com Isabel de Áustria²⁹, numa mensagem tão cronologicamente conveniente que é tentador considerar que ali estava a influência de Felipe II.

Consideramos, dessa maneira, que as núpcias de D. Sebastião com Isabel de Áustria eram certas quando 1567 começou, mesmo com a resistência do imperador, que ainda era da opinião que um matrimônio com França era mais benéfico para a Casa Habsburgo:

quiera mucho pensar y remirar este negocio, porque sin duda el Rey Católico mesmo juzgará, que es el mas útil y de mas autoridad que hay, ansi para S.M. como tambien para el reino.³⁰

Desta forma, ao identificar sua autoridade política com a defesa da cristandade, Felipe II de Espanha teria sido bem sucedido em suas intenções em intervir indevidamente nas negociações nupciais do soberano do reino vizinho para seus próprios ganhos políticos, utilizando-se para isso da posição teoricamente falsa como “chefe de família” da Casa Habsburgo.

Se as conversas austro-portuguesas teriam continuado a ser favoráveis após 1568, contudo, é algo que pertence ao reino da especulação, já que este ano testemunharia duas mortes que alterariam completamente o cenário político-matrimonial da Europa: em julho, a do príncipe de Astúrias, e, em

²⁶ VELLOSO, José Maria de Queiroz, 1945, op. cit, pp. 159-160.

²⁷ MAMEDE, Conde de São, 1884, op. cit, p. 29.

²⁸ PIDAL, Marqués de; SALVÁ, Miguel (org). “Copia de pedazo de carta autógrafa de la carta del comendador mayor sobre el casamiento de Portugal, com otra de Luis Venegas, fecha en Viena á postrero de setiembre de 1567. ” 1855, op.cit, pp. 560-562.

²⁹ SANTARÉM, Visconde de; LEAL, José da Silva Mendes. **Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da monarchia portuguesa até aos nossos dias, continuado e dirigido pelo sócio da Academia Real das Sciencias de Lisboa.** t. XIII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1876. p. 574.

³⁰ PIDAL, Marqués de; SALVÁ, Miguel (org). “Copia de ‘la respuesta que el Emperador dió á Luis Venegas sobre lo del casamiento del Rey de Portugal (autógrafa) em carta tambien autógrafa de Luis Venegas, fecha em Poesonia á XX de julio de 1567. ” 1855, op.cit, pp. 553-555. Em português: “queira muito pensar e olhar novamente este negócio, porque sem dúvida o Rei Católico mesmo julgará que é ele mais útil e de mais autoridade do que há, tanto para S.M. como também para o reino.” Tradução nossa.

outubro, a da rainha de Espanha. Mesmo que tais falecimentos viessem a alterar profundamente os interesses e prioridades político-dinásticas de vários importantes personagens, o certo é que o rei espanhol prosseguiria seu uso do mito político por ele desenvolvido por muitos anos, indo mesmo além da morte de D. Sebastião em 1578 – ainda, aliás, sem ter se casado, em parte pelas interferências do tio materno, numa conjuntura que possibilitaria a União Ibérica em 1580.

Anexo 1: Árvore genealógica simplificada de Felipe II de Espanha (até 1568)

